RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA

INFORMAÇÕES GERAIS

Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.

Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.

Comunidades: Regional Centro, comunidades presentes: Barra da Aroeira, Córrego Fundo, Curralinho do Pontal, Engenho Açude, Malhadinha, Manoel João, Mata Grande e Rio Preto.
Comunidades convidadas ausentes: Morro de São João e Santa Maria das Mangabeiras e Raízes do Quilombo.

Local: Associação dos Micro e Pequenos Produtores da Malhadinha, Comunidade Quilombola Malhadinha, em Brejinho de Nazaré (TO).

Data: 08, 09 e 10 de agosto de 2025.

Duração: 3 dias.

EQUIPE ENVOLVIDA

Moderador(a): Janilson Soares

Relatoras: Bárbara Cruz e Andréa Collet

Facilitadora Gráfica: Celenita Gualberto

Técnicos em Comunicação: Public

Recreadores: Sávio Danrlley de Souza e Dagna Ribeiro

Representantes do Poder Público: Isabel Acker (SEMARH), Jarlene Santana (SEPOT), Maria Tereza Miranda (TOPAR).

Outros participantes com papel relevante: Rose Sena, Pedro Andrade e Bárbara Beatriz Cruz (consultores TOCAR), Camila Rezende (consultora GEONOMA), Jorlando Rocha (representante COEQTO), Gabriella Vasconcellos (PLANTUC).

DIA 01: SEXTA-FEIRA, 08 DE AGOSTO DE 2025

PARTICIPANTES

1. José Ribeiro da Rocha Neto (Comunidade Quilombola Malhadinha)
2. Israel Soares (Comunidade Quilombola Manoel João)
3. Marlene Araujo Dias (Comunidade Quilombola Malhadinha)
4. Daniela Moreira dos Reis (Comunidade Quilombola Malhadinha)
5. Antonio Gilvan Soares Esteves (Comunidade Quilombola Malhadinha)

6. Elisabete Aguiar (Comunidade Quilombola Curralinho do Pontal)
7. Danuza Rodrigues da Silva (Comunidade Quilombola Barra de Aroeira)
8. Douralice Lopes da Silva (Comunidade Quilombola Rio Preto)
9. Wanderson Sousa Ribeiro (Comunidade Quilombola Malhadinha)
10. José Pereira da Silva (Comunidade Quilombola Curralinho)
11. Antonio Vieira dos Santos (Comunidade Quilombola Curralinho)
12. Adriana Araújo de Oliveira (Comunidade Quilombola Malhadinha)
13. Patricia Maria Rodrigues (Comunidade Quilombola Barra da Aroeira)
14. Maria Tereza Miranda (Palmas)
15. Jorgeval Corrêa (Porto Nacional)
16. Eduardo Gabriel da Silva (Comunidade Quilombola Malhadinha)
17. Cícera Moreira Neves (Comunidade Quilombola Curralinho)
18. Alessandra Araújo Oliveira (Comunidade Quilombola Malhadinha)
19. Aldesil Antonio Gonçalves (Comunidade Quilombola Açude)
20. Roberto Gonçalves dos Santos (Comunidade Quilombola Açude)
21. Maria António Gonçalves (Comunidade Quilombola Açude)
22. Jorlando Rocha (Comunidade Quilombola Ilha São Vicente)
23. Erson Mayrinis Madeira (Comunidade Quilombola Malhadinha)
24. Joelma Rodrigues dos Santos (Comunidade Quilombola Corrego Fundo)
25. Sebastião Ramalho da Silva (Comunidade Quilombola Corrego Fundo)
26. Joislana Kisley R. de Oliveira (Comunidade Quilombola Córrego Fundo)

Abertura e Introdução ao JREDD+

A Oficina de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) com as comunidades quilombolas da Região Central do Tocantins teve início às 16h, com a presença de representantes de 11 comunidades. A oficina, realizada na sede da Associação dos Micro e Pequenos Produtores da Malhadinha, teve como proposta apresentar o Programa Jurisdicional REDD+ (Redução de Emissão dos Gases de Efeito Estufa) do Estado do Tocantins e ouvir as demandas das comunidades quilombolas, numa perspectiva dialógica.

O moderador Janilson Soares deu início às atividades, convidando a facilitadora gráfica Celenita Gualberto para conduzir uma dinâmica de apresentação conhecida como “embarca”, com música e palmas, que tornou o momento mais animado.

Em seguida, Isabel Acker (ponto focal do Estado) fez a abertura oficial da oficina, explicando que integra a equipe de implementação do REDD no Tocantins pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). Isabel explicou que a oficina tem como proposta informar a comunidade sobre o programa e também ouvir seus anseios, num diálogo aberto e necessário para a construção de uma política pública que faça sentido para cada local consultado.

Isabel (ponto focal do Estado) aproveitou para informar que a oficina possui o trabalho recreação, um espaço com monitores para que os pais possam participar da formação despreocupados, pois as crianças estarão sendo cuidadas e brincando num lugar seguro. A ponto focal também agradeceu a presença e a disponibilidade da comunidade em participar de uma oficina de três dias, realizada

no fim de semana.

Na sequência, Jarlene de Santana, representante da Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais do Estado (Sepot), se apresentou e desejou boas-vindas à comunidade. A técnica da Sepot explicou que é do Quilombo Urbano (Chapada da Natividade) e que já conhece a realidade do território Malhadinha em virtude das visitas motivadas pelo trabalho. Jarlene disse que o programa JREDD+ é focado no cuidado com o meio ambiente: "(...) e cuidar do meio ambiente também é uma forma de cuidar de nós (quilombolas)". Jarlene informou que a Sepot é parceira da Semarh na construção do programa.

O anfitrião, seu José Ribeiro, presidente da Comunidade Quilombola da Malhadinha, agradeceu a cada pessoa presente, e enfatizou que sua comunidade estava aberta para receber os visitantes de maneira calorosa e que todos poderiam se sentir em casa. Destacou que durante a oficina do JREDD+ seriam plantados os alicerces para receber o telhado que virá depois.

Em seguida, lideranças locais se manifestaram, desejando uma oficina produtiva para todos. Fizeram uso da palavra: Marlene Araújo (tesoureira da Associação da Comunidade Malhadinha); Douralice Lopes (Rio Preto); Joislana de Oliveira (presidente da associação de Córrego Fundo); Roberto Gonçalves (Engenho Açude, de Santa Rosa); Elisabete Aguiar (Curralinho do Pontal); seu Domingos Rodrigues (Barra da Aroeira); e Israel (Manoel João). Alguns conhecimentos sobre o JREDD+ foram compartilhados e dúvidas apresentadas.

Isabel (ponto focal do Estado) agradeceu as apresentações e convidou o representante da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), Jorlando Rocha, para fazer uso da palavra.

Jorlando (COEQTO) explicou que a entidade está presente no processo de escuta nos territórios quilombolas com a proposta de contribuir para o bom andamento das reuniões e orientar as comunidades.

Isabel (ponto focal do Estado) informou que existe a previsão de serem realizadas seis oficinas regionais com as comunidades quilombolas do estado e que esse modelo regional foi acordado no ano anterior, durante reunião com representantes das comunidades. A primeira oficina de CLPI do JREDD+ já havia sido realizada na região do Jalapão e esta seria a segunda oficina regional.

Para introduzir o Programa Jurisdicional, Isabel perguntou se alguém conhecia o JREDD+ ou se já tinham ouvido falar sobre o assunto. Destacou que naquele momento seria feita uma breve introdução e, na sequência, seriam abordados assuntos relevantes do programa, entre eles, as salvaguardas, a repartição de benefícios e a governança, além de responder as dúvidas.

O público também foi informado que no último dia seriam escolhidos os representantes quilombolas da região central para a audiência pública, que será realizada em Palmas. A ponto focal aproveitou para detalhar os públicos do PIQPCTAF – povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Também citou a presença dos produtores rurais como público-alvo das CLPI. Isabel reforçou: "A consulta não termina nesses três dias de conversa olho no olho. Vai continuar tendo este espaço de conversa dentro da

política pública do JREDD+”.
Seguem algumas contribuições dos presentes sobre o que já conheciam sobre o JREDD+:

José (Malhadinha) disse que tem participado de JREDD+ desde o início e aproveitou para falar sobre os riscos dos gases de efeito estufa que levam ao aquecimento global e não ameaçam apenas a saúde das pessoas, mas a própria existência humana na terra. Lembrou que é fundamental diminuir o desmatamento e preservar as florestas, mas sem prejudicar as comunidades. José disse: “o bolo está sendo amassado. Vai para o forno e nós já podemos nos preocupar com a repartição”. Também destacou a necessidade de união de esforços no trabalho com o meio ambiente.

Wanderson Ribeiro (Malhadinha) citou a necessidade da comunidade se organizar para se fortalecer.

Patrícia Rodrigues (Barra do Aroeira) observou que “quando se fala em proteção ambiental, já pensa no território” e falou sobre a presença de produtores de soja e sorgo que têm usado as terras do seu território para o cultivo e de desmatamento ilegal nas terras quilombolas. Lembrou que o espaço agricultável é pequeno dentro da área quilombola e que é urgente finalizar o processo de desapropriação de terras vizinhas.

José Pereira (Curralinho) falou que não tinha conhecimento prévio sobre o JREDD+, mas que se tratava de assunto sério. Compartilhou que as grandes propriedades jogam veneno nas plantações vizinhas aos territórios e que o desmatamento vem causando um desastre muito grande, o que vai gerar sofrimento para todos. Disse: “Antigamente a gente podia chegar num córrego, baixar a boca e beber a água... e vivia 90 anos. Hoje, não pode mais beber”. José Pereira destacou que a presença do Estado no território era oportuna para que as questões discutidas fossem levadas às autoridades. Ele disse: “Porque daqui a pouco a gente não vai poder comer mais nada. Nas comunidades ainda é o lugar que tem preservação, mas ela também é impactada”.

Joislana (Córrego Fundo) disse que vive situação parecida e que já havia perdido 90% da área para os agricultores e que o córrego, hoje, seca. Indagou como as políticas públicas podem frear essa realidade, pois essas pessoas “têm dinheiro, conseguem as terras e registram”.

Domingos (Barra da Aroeira) apresentou duas preocupações: a diferença entre a área do território requerida e os 62 mil hectares mapeados pelo serviço antropológico – que seria “uma área pequena pra tanta família”; e o desmatamento que vem ocorrendo dentro do território por parte de terceiros. Citou que essas questões geram impacto na comunidade e gostaria de saber como o JREDD+ poderá colaborar. Também questionou se será necessário “fechar contrato para arrecadar o crédito de carbono”.

Douralice (Rio Preto) disse que estava na consulta para aprender e dialogar. Compartilhou uma situação que faz parte da sua realidade: “o medo dos fazendeiros, que chegam com arma e ameaçam, às vezes as pessoas saem correndo com as crianças”. Ela disse que acredita que o JREDD+ vai dar certo.

Sebastião Ramalho (Córrego Fundo) explicou que sua comunidade é formada por cinco pequenas partes de terra muito boa e produtiva, mas que a medida em que os herdeiros vendem as terras, o quilombo vai diminuindo. Ele gostaria de saber se o programa terá alguma ação para ajudar o povo quilombola a não perder suas terras.

Elisabete (Curralinho do Pontal) perguntou qual seria a contrapartida do Governo em relação a quem é pequeno e se haveria incentivo para aqueles que escolherem plantar árvores; se haveria recursos para que as pessoas estivessem preservando.

Wanderson (Malhadinha) disse que sua comunidade sofre assédios com frequência: “tá chegando gente com mais condições do que a gente; tá chegando e tá querendo ficar no quilombo”.

Janilson (moderador) informou que as dúvidas seriam sanadas no decorrer da oficina de consultas e que algumas questões apontadas teriam respostas quando fossem abordados assuntos como salvaguardas e repartição de benefícios.

Fez-se uma pausa para o lanche, com retorno às 17h20

Isabel (ponto focal do Estado), disse que estava muito feliz com as contribuições e dúvidas que foram trazidas. Explicou que há uma resposta curta e uma longa para a pergunta sobre o que é o JREDD+. A curta é que se trata de um programa que incentiva a redução de desmatamento e degradação florestal; a longa envolve explicar como isso é feito e como os benefícios são repartidos. Lembrou que o programa está chegando agora no Tocantins, mas não é um assunto novo, pois vem sendo desenvolvido há algum tempo. Recordou a fala do Sr. José sobre mudanças climáticas e perguntou se, atualmente, chove como chovia há 30 anos. Todos responderam que não, e ela apontou isso como exemplo de como as mudanças climáticas afetam tanto os territórios quilombolas quanto o Estado inteiro. Explicou que o JREDD+ é um instrumento financeiro que atua na redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, que no Tocantins está muito relacionada ao fogo. Disse que esse instrumento calcula o quanto o Estado deixou de emitir em um período de tempo. Perguntou quem já participou do PPA e explicou que esse é o orçamento elaborado para um período de quatro anos.

Patrícia (Barra da Aroeira): contou sua experiência de participação no planejamento do PPA e lembrou que as áreas prioritárias eram saúde, educação e meio ambiente.

Isabel (ponto focal do Estado): disse que foi um exemplo muito bom de compartilhar, pois o mecanismo é o mesmo para o Estado, que também tem como prioridades saúde, educação e segurança pública, enquanto o meio ambiente acaba ficando em segundo plano. Relacionou esse exemplo ao mecanismo financeiro, explicando que o Estado percebeu que, por meio do JREDD+, a pasta do meio ambiente poderia receber recursos.

José Pereira (Curralinho): perguntou o que é o efeito estufa e o que o provoca. Também perguntou à Rose se, durante todo o tempo em que trabalha com o

JREDD+, já houve resultados na diminuição do desmatamento.
Rose (consultora Tocar): agradeceu a pergunta e disse que voltaria um pouco no tempo para contextualizar a resposta. Utilizou a criação de Deus no livro de Gênesis como referência, lembrando que Deus criou o homem por último e apenas um planeta, já que até hoje não há comprovação da existência de outro com condições de vida humana. Ressaltou que atualmente há mais de 8 bilhões de pessoas vivendo nesse único planeta, o que significa muita gente para alimentar, vestir e prover, sendo que tudo isso precisa ser produzido. Explicou que, dessa forma, consome-se muito mais do planeta do que ele é capaz de regenerar, gerando desequilíbrio — e é nesse ponto que o JREDD+ atua. Mencionou que saiu recentemente a notícia de que o desmatamento no Cerrado caiu 29%, o que é positivo, mas ainda pode melhorar, pois apenas este ano o Estado do Tocantins investiu 17 milhões de reais no combate ao fogo, incluindo equipamentos e mão de obra.

Contou que é natural do Acre e que, antes de o tema REDD+ ganhar destaque no Brasil, esse Estado lançou o desafio de experimentar o programa em 2010 e, em 2012, recebeu o primeiro recurso, no valor de 25 milhões de euros, tornando-se o primeiro estado subnacional a alcançar esse feito. Relatou que, ao longo dos cinco anos seguintes, deu continuidade ao trabalho e recebeu mais 30 milhões de euros pela política pública. Enfatizou que o JREDD+ é uma política pública e, por isso, não depende da posse formal da terra para ser aplicado.

Explicou que o Estado do Tocantins decidiu, em 2008, iniciar essa política pública, reconhecendo que o território tem problemas, e que a proposta é olhar tanto para quem preserva quanto para quem degrada. Lembrou que desde 2015 o Estado vem reduzindo degradação e desmatamento, que em 2016 os índices se equilibraram, em 2019 houve um aumento e em 2020 voltaram a cair. Destacou que, com o cumprimento dessas metas, grandes poluidores de outros países decidiram incentivar o Tocantins a continuar reduzindo a degradação e desmatamento. Finalizou afirmando que o benefício financeiro gerado é para todos e que, a partir de amanhã, será detalhado como ele será utilizado, reforçando que somente as próprias comunidades podem decidir a melhor forma de aplicação dos recursos.

José (Malhadinha): disse que a principal demanda e preocupação dos povos quilombolas no Estado do Tocantins é a demarcação de território, pois, por não possuírem esse documento, não têm acesso a alguns órgãos do governo e ficam mais expostos a invasores. Reafirmou que sua principal questão é o território.

Rose (consultora Tocar): complementou a fala do Sr. José, explicando que, sendo o PRONAF um programa federal, a diferença dele para o JREDD+ é que o programa não é um empréstimo que o Estado vá cobrar no futuro, mas sim um acompanhamento das ações no território. Ressaltou que o JREDD+ não enriquece ninguém. Lembrou da fala de Doralice sobre a insegurança nos territórios com invasores, apontando que essa já é uma prioridade e que o JREDD+ pode apoiar essa demanda. Destacou que o programa não resolve todos os problemas e recordou a pergunta feita pela Sra. Elisabeth sobre se haveria pagamento pela importância da água. Concluiu ressaltando que as prioridades de

ação serão definidas pela comunidade e que o recurso já pertence ao Estado, ou seja, a todos. Pediu que todos reflitam sobre a importância de aproveitar um recurso que já é do povo.

Elisabete (Curralinho do Pontal): afirmou que é importante ter incentivos, pois assim as pessoas se mobilizam para trabalhar. Disse acreditar que o JREDD+ deveria pensar mais nos pequenos produtores, pois são eles que mais preservam a natureza e, ao mesmo tempo, têm menos acesso a recursos.

Janilson (moderador Plantuc): informou que o jantar seria servido às 19h e combinou os horários do dia seguinte: café da manhã às 7h30 e início das atividades às 8h. Pediu para que os participantes conversassem sobre o assunto entre si, em suas casas, para que, no dia seguinte, trouxessem suas dúvidas.

Isabel Acker (ponto focal do Estado): destacou o painel de facilitação gráfica que estava sendo produzido por Celenita e agradeceu a presença de todos.

Janilson (moderador): lembrou que quem quiser realizar alguma apresentação cultural no dia seguinte, antes do início da conversa, será muito bem-vindo.

As atividades encerraram às 18h43.

DIA 02: SÁBADO,09 DE AGOSTO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Roberto Gonçalves dos Santos
2. Aldesil Antonio Gonçalves
3. Marina Antonio Gonçalves
4. Elizabete Aguiar
5. Domingos Rodrigues da Silva (Barra da Aroeira)
6. Douralice Lopes da Silva
7. Marlene da Silva Gonçalves (Comunidade Quilombola Malhadinha)
8. Bruno Neves (Comunidade Quilombola Malhadinha)
9. José Ribeiro Neto
10. Marlene Araujo Dias
11. Paulo Sousa (Representante da Articulação Tocantinense de Agroecologia)
12. Weudilany C. dos Santos (Mata Grande Monte do Carmo)
13. Antonio Domingos Rodrigues (Mata Grande Monte do Carmo)
14. Natanael Barbosa P. Carvalho (Mata Grande)
15. Wanderson Ribeiro
16. Joselma Nogueira de Brito (Comunidade Quilombola Malhadinha)
17. Jorgeval Corrêa
18. Dagna Katielle Cérsar Ribeiro (Comunidade Quilombola Malhadinha)
19. Maria Tereza C. Miranda
20. Antonio Vieira dos Santos
21. Joelma Rodrigues dos Santos
22. Joislane Kysley R. de Oliveira
23. Jacinto Lopes Furtado (Córrego Fundo)
24. Sebastião Carvalho da Silva

25. José Pereira da Silva
26. Cícera Moreira Neves
27. Joselha L. da S. Ferreira (Ilha São Vicente)
28. Antonio Gilvan Soares
29. Joyce Moreira Araújo (Comunidade Quilombola Malhadinha)

Abertura

O segundo dia de oficina de CLPI com as comunidades quilombolas da região central do Tocantins teve início às 8h30, quando José (Malhadinha) fez uma oração.

Em seguida, o moderador Janilson informou sobre as atividades previstas para o período da manhã, enfatizando que a oficina é o espaço para tirar dúvidas e que as pessoas que não quisessem usar o microfone poderiam participar por meio de perguntas escritas.

Isabel (ponto focal do estado) deu boas-vindas aos presentes, acrescentando que as atividades dariam continuidade aos trabalhos iniciados no primeiro dia.

Isabel (ponto focal do estado) passou a palavra para Paulo Sousa, representante da Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA), que havia solicitado espaço para apresentar um documento.

Paulo Sousa (ATA) iniciou sua fala explicando que a Articulação Tocantinense de Agroecologia é uma rede de movimentos sociais e organizações da sociedade civil de todo Estado, entre eles, representantes de associações quilombolas e indígenas. Disse que a entidade tem grande preocupação com o programa jurisdicional do REDD+ e que as consultas (CLPI) não estariam considerando o protocolo apresentado pela COEQTO. Informou que a entidade, juntamente com consultores e pesquisadores, fez uma análise de todos os documentos relacionados à implantação do programa jurisdicional no Estado. Paulo informou que, diante do resultado da análise, a entidade protocolou denúncia junto ao Ministério Público Federal e à Comissão Nacional para o REDD (Conaredd+) com os “problemas do JREDD do Tocantins”. Comunicou que havia trazido cópias da análise para entregar aos representantes de cada entidade, com o embasamento legal dos pontos que a ATA havia identificado como divergentes.

Paulo (ATA) disse que, de acordo com o posicionamento da entidade, o processo de consulta não está respeitando a exigência da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina que as comunidades originárias e tradicionais devem ser informadas e ouvidas previamente toda vez que um projeto que tenha abrangência sobre o território estiver sendo planejado. Citou as comunidades tradicionais quebradeiras de coco babaçu e quilombolas. De acordo com a entidade, o processo de CLPI iniciou tardiamente, depois que algumas normativas já estavam em vigor, e não considera o programa jurisdicional como um todo, mas está focado somente no subprograma voltado aos PIQPCTAF (Povos Indígenas, Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares).

A ATA pede que as oficinas sejam refeitas, garantindo que todas as pessoas das comunidades sejam ouvidas e que os documentos relacionados ao programa

sejam disponibilizados para conhecimento durante as oficinas de consulta. Segundo ele, os representantes que participam das oficinas não estariam aptos para transmitir as informações necessárias à comunidade.

Paulo (ATA) também considerou que o Estado não está respeitando as garantias determinadas pelas salvaguardas de Cancún relacionadas às comunidades tradicionais (citou as quebradeiras de coco babaçu e quilombolas). Para a ATA, o Estado tem sido omisso no que se refere à regularização territorial dessas comunidades. Destacou que há conflito de interesse entre o direito às terras das comunidades tradicionais e a Lei 3.525/2019, que versa sobre o reconhecimento e a convalidação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais no Tocantins. Destacou que, para a ATA, a lei é inconstitucional, pois desrespeita os direitos das comunidades tradicionais e quilombolas e "promove a grilagem das terras de vocês".

Paulo (ATA) disse, ainda, que desde 2009, o Estado vem sofrendo pressão dos movimentos e entidades das comunidades tradicionais (quilombolas e quebradeiras de coco) para que os direitos territoriais sejam respeitados, com a regularização dos territórios. Segundo ele, o Estado alega que não está dentro de suas atribuições. Paulo contesta a posição do Estado, citando que existe um Decreto que informa que o Incra e o Estado são igualmente responsáveis.

Paulo (ATA) questionou também sobre o paradeiro de um Decreto elaborado pela SEPOT prevendo a regularização territorial das comunidades quilombolas. De acordo com a entidade, a Lei de registros imobiliários (2019) promove a "grilagem verde", onde os grandes produtores desmatam toda a área privada e colocam como a porção de reserva legal da propriedade privada as terras preservadas dos territórios no entorno.

A entidade quer, com a denúncia, que o processo de CLPI do programa jurisdicional do REDD seja paralisado até que os territórios sejam regularizados.

Janilson (moderador): agradeceu a contribuição de Paulo e perguntou se os pontos focais do Estado gostariam de se pronunciar naquele momento. Foi informado que a equipe responderia às colocações no decorrer da oficina. Em seguida, fez uma recapitulação dos temas debatidos no dia anterior.

Jarlene (ponto focal do estado): solicitou que os presidentes das comunidades presentes se apresentassem.

Rose (consultora Tocar): cumprimentou a todos e explicou que o dia seria intenso, sendo importante apresentar a programação. Destacou que o objetivo das oficinas é, além de informar, ouvir, dialogar e esclarecer dúvidas, reforçando que o processo está apenas começando. Informou que a programação teria início com a abordagem do conceito do JREDD+, passando pela explicação sobre todos os atores que compõem o mecanismo. Na sequência, seria tratada a questão da governança, explicando como os envolvidos irão gerir o JREDD+, já que a execução dessa política será feita pelos próprios participantes, ou seja, pelas comunidades. Acrescentou que outro ponto da programação, previsto na instrução normativa, seriam as salvaguardas, ressaltando que não é possível implementar uma política pública apenas dentro de um escritório. Observou que falar sobre conservação em um Estado impulsionado pela agricultura em larga escala é um

desafio complexo, exigindo um longo percurso de construção do JREDD+. Recordou que as oficinas tiveram início em março e que as visitas vêm ocorrendo ao longo de todos esses meses, sendo esse o próprio espírito do JREDD+: a consulta a diferentes grupos. Concluiu afirmando que a equipe não estava ali para tratar apenas de um subprograma, mas sim da totalidade do JREDD+, e que a discussão específica sobre subprogramas seria definida em oficina, caso os participantes assim permitissem.

Rose (consultora Tocar): apresentou um breve histórico do REDD, explicando que ele foi criado em 2005, quando os países menos desenvolvidos solicitaram apoio financeiro aos países que mais degradaram e que são considerados desenvolvidos, para auxiliar na preservação das florestas desses países. Em 2008, observou-se que o problema não era apenas o desmatamento, mas também a degradação florestal, sendo acrescentada mais uma letra “D” na sigla RED, para que os cálculos passassem a considerar também esse fator. Ressaltou que, até aquele momento, as comunidades indígenas e quilombolas não eram contempladas, pois não degradavam nem desmatavam, utilizando a natureza de forma sustentável, de acordo com o seu modo de vida.

Destacou que, ao considerar o REDD apenas para quem degrada e desmata, haveria um desequilíbrio em relação a quem preserva. Foi nesse contexto que surgiu o sinal “+” na sigla, representando o manejo sustentável, a conservação e o aumento dos estoques de carbono. Explicou que, a partir daí, foram estabelecidas as Salvaguardas de Cancún, passando a existir a obrigação de envolver essas comunidades nas discussões, conforme previsto também na OIT 169.

Pontuou que essa construção demandou aproximadamente oito conferências internacionais e reforçou que o Estado do Tocantins está realizando o primeiro cálculo de crédito de carbono do Cerrado, ressaltando a complexidade desse processo. Explicou que o REDD é um mecanismo que possibilita aos países e estados obterem benefícios financeiros pela preservação ambiental. Mencionou ainda o “ônus real” previsto na Constituição Federal de 1988, que determina que qualquer problema ambiental que possa impactar a vida das pessoas e animais deve ser denunciado, pois a omissão também pode gerar responsabilização.

Jacinto (Córrego Fundo): disse que na comunidade dele há um grupo de WhatsApp dos fazendeiros e perguntou se, ao colocar fogo no terreno deles sem que passe para o território dos fazendeiros, isso seria considerado incêndio criminoso.

Rose (consultora Tocar): lembrou que o JREDD+ não é uma lei, mas sim um mecanismo financeiro, portanto não está acima da legislação vigente. Destacou que todos precisam seguir o Código Florestal, que é soberano. Explicou que o JREDD+ não impede a realização do manejo do fogo, pois este é autorizado pelo próprio Código Florestal, mas que o programa busca aprimorar essa prática. Relatou que, durante a pausa para o café, recebeu uma pergunta sobre o JREDD+ proibir a abertura de novas áreas no território e respondeu que a situação é a mesma: como não é lei, o JREDD+ não pode restringir essa ação, desde que se respeite o Código Florestal. Acrescentou que o JREDD+ não impede que as comunidades desenvolvam seus próprios projetos privados de carbono, caso desejem.

Janilson (moderador): contribuiu sobre a questão do fogo, explicando que os quilombolas têm a cultura da queimada controlada e da roça de toco. Detalhou que essas comunidades realizam queimadas no período certo, logo após as chuvas, evitando que o fogo se alastre. No período de seca severa, não se coloca fogo, mas, ainda assim, ocorrem incêndios criminosos que destroem os frutos.

Jorgeval (Porto Nacional): disse que estava lendo o documento que o Paulo apresentou mais cedo e questionou quando o governo vai regularizar a situação dos territórios quilombolas.

Rose (consultora Tocar): agradeceu a pergunta e reiterou que o JREDD+ não é uma lei, mas sim um mecanismo financeiro. Ressaltou que, por isso, não pode condicionar a aplicação da política pública à existência de território demarcado e que tal exclusão não é permitida, embora reconheça a legitimidade da demanda apresentada.

Jorgeval (Porto Nacional): perguntou se o programa não vai seguir o mesmo modelo observado na região amazônica, onde políticos e ONGs recebem os recursos e os distribuem entre si.

Rose (consultora Tocar): respondeu que essa questão seria explicada em seguida. Informou que as ONGs podem ser convidadas a participar do processo, mas não têm acesso direto aos recursos, que serão destinados ao Fundo Clima, em conta específica para receber valores do JREDD+. Esclareceu que, com recursos do JREDD+, não é permitido o pagamento de folha salarial.

Patrícia (Barra do Aroeira): disse que entendeu que o JREDD+ é uma política pública e que não irá interferir em questões fundiárias internas ao território, nem proibir a regularização fundiária. Afirmou que, até o dia anterior, via o JREDD+ como mais um projeto que buscava apenas coletar assinaturas da comunidade e se retirar, mas que, com o andamento da oficina, passou a compreender melhor a proposta. Ressaltou que tudo o que contribuir para fortalecer a comunidade é bem-vindo e que o exemplo comparando o JREDD+ ao SUS ajudou muito a entender o programa como uma política pública.

Rose (consultora Tocar): disse que a fala da Patrícia foi muito bem colocada e parabenizou a todos, pois é dessa forma que se espera construir o diálogo. Ressaltou que é servidora pública há mais de 20 anos no Acre e que está presente como técnica, assim como toda a equipe, e não para fazer discurso político. Destacou que o espaço deve permanecer respeitoso, como tem sido até o momento. Respondeu à Patrícia afirmando que sua compreensão está correta: o JREDD+ não “vendeu” nada para ninguém, como se comenta por aí, e não trata de territórios específicos, mas sim do Estado como um todo. Acrescentou que pode parecer estranho, mas quem trouxe o JREDD+ para o Tocantins foi o setor agropecuário, pois o programa não paga pela floresta em pé, mas sim pela redução de degradação e desmatamento.

Natanael (Mata Grande): perguntou como ter acesso ao Fundo Clima e se haveria apoio para capacitar pessoas da comunidade a acessar esse fundo.

Rose (consultora Tocar): respondeu que será criada uma Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) para viabilizar a execução do JREDD+, considerando a grande quantidade de pessoas envolvidas no programa. Deu o exemplo da experiência do Acre, onde, dentro dos editais, já se destina um percentual específico para o gerenciamento do projeto. Afirmou que poderão ser realizadas formações para capacitar membros da comunidade na elaboração de projetos.

Aldesil (Açude): perguntou se o JREDD+ pode ajudar no plantio florestal nos córregos.

Rose (consultora Tocar): respondeu que sim, pois este tipo de iniciativa está dentro da lógica do JREDD+ e também pode ser uma fonte de renda, viabilizando ações como a criação de viveiros, por exemplo.

Domingos (Barra de Aroeira): disse que não entendeu muito bem como o JREDD+ pode auxiliar na questão da demarcação territorial e comentou que, se houvesse esse “empurrãozinho” do programa, seria muito útil. Perguntou também se o JREDD+ ajudaria as comunidades a obter os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para o combate ao fogo.

Rose (consultora Tocar): respondeu que a demanda por brigadas e EPIs tem sido recorrente nas oficinas, pois sem o equipamento adequado e a devida formação, os brigadistas correm risco de vida. Confirmou que o JREDD+ poderá atender a essa demanda e, por ser uma solicitação presente em quase todas as oficinas, acredita que os recursos para isso virão da parte destinada ao Estado e não da parcela voltada diretamente às comunidades.

Elisabete (Curralinho do Pontal): perguntou sobre a possibilidade de implantação de viveiros, afirmando considerar a iniciativa muito interessante e questionando se haverá contrapartida para ajudar a manter um projeto de viveiros.

Rose (consultora Tocar): respondeu que sim, destacando considerar urgente a criação de viveiros com mudas nativas do Cerrado, por se tratar de uma ação totalmente alinhada ao que o JREDD+ propõe. Acrescentou que, além do benefício ambiental, a iniciativa pode gerar renda extra para a comunidade.

José Pereira (Curralinho do Pontal): questionou se nascentes atingidas por degradação também podem ser apoiadas pelo programa. Relatou o caso do córrego que passa por sua comunidade, que antes era muito bonito e hoje se encontra totalmente degradado, apontando que a causa foi a construção de um grande tanque de criação de peixes por um fazendeiro da região. Perguntou o que a comunidade deve fazer diante dessa situação e como diminuir o desmatamento, explicando que utiliza o sistema de roça de toco.

Rose (consultora Tocar): afirmou que as questões trazidas por José Pereira são muito importantes. Explicou que o Código Florestal define os limites de exploração dos biomas: em áreas 100% pertencentes ao bioma Amazônia, apenas 20% pode ser explorado, enquanto no Cerrado até 65% da área é passível de uso. Ressaltou

que não é responsabilidade da comunidade recuperar o córrego degradado, mas sim de quem causou o dano, e que a notificação e responsabilização devem ser feitas pelos órgãos fiscalizadores — IBAMA, ICMBio e Naturatins —, que possuem competências complementares e não sobrepostas. Caso a situação não seja resolvida por essas vias, orientou a buscar uma audiência no Ministério Público. Esclareceu que o JREDD+ não impede a abertura de novas áreas desde que em conformidade com o Código Florestal, nem infringe as salvaguardas.

Jorlando (representante COEQTO): afirmou que, apesar de o JREDD+ estar sendo criado como política pública e não ter como objetivo enriquecer ninguém, a forma de repartição de benefícios pode favorecer o setor agropecuário. Argumentou que existem 55 comunidades quilombolas e diversos povos indígenas, e que, ao dividir o recurso entre todas essas comunidades, o valor per capita será pequeno em comparação ao recebido pelo agro, uma vez que cada fazenda tem, em média, apenas dois proprietários. Interpretou essa dinâmica como uma espécie de premiação ao setor agroprodutivo por degradar, enquanto as comunidades tradicionais receberiam menos. Acrescentou que o governo do Tocantins enfatiza a regularização fundiária, mas voltada ao setor agroprodutivo, e não aos territórios quilombolas e indígenas, o que, em sua visão, pode facilitar invasões a esses territórios tradicionais.

Repartição de Benefícios

Rose (consultora Tocar): solicitou a palavra para tratar da repartição de benefícios, iniciando por esclarecer um ponto levantado por Jorlando. Informou que o Tocantins possui 81 mil propriedades privadas, das quais 21 mil pertencem a indígenas, mas ressaltou que o JREDD+ não utilizará esse critério para a divisão dos recursos. Argumentou que, caso fosse necessário contemplar todos os 81 mil proprietários, não seria possível abranger todos os subprogramas previstos. Explicou que, se o JREDD+ vinculasse o benefício apenas a quem possui título de terra, o Estado sequer visitaria determinados territórios.

Prosseguiu detalhando que foram consideradas diferentes categorias fundiárias para definição da forma mais justa de distribuição: unidades de conservação, cuja gestão é obrigação do Estado; territórios quilombolas; terras indígenas; propriedades privadas; e assentamentos da agricultura familiar. Destacou que o REDD+ remunera a diminuição da degradação ambiental nessas categorias. Apresentou a proposta de repartição de benefícios:

- 50% do recurso destinado ao Estado do Tocantins, para manutenção da fiscalização, do monitoramento e das políticas públicas;
- 25% para povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PIQPCTAFs);
- 25% para pequenos, médios e grandes produtores rurais.

Reconheceu que, se fosse seguido o raciocínio de dividir o valor estimado de R\$ 1,2 bilhão por cada indivíduo de cada grupo, o montante per capita seria irrisório. Reforçou que a proposta não é essa, mas sim criar uma política pública gerida por todas as categorias e acessível a todos.

Isabel (ponto focal do Estado): ressaltou que essa distribuição será feita por meio de associações com objetivos coletivos, e não individualmente, por CPF.

Rose (consultora Tocar): lembrou que a análise e a repartição se referem exclusivamente ao período de 2020 a 2024. Ressaltou que o ideal é que não haja reversão das áreas preservadas, mas isso pode ocorrer devido ao direito legal de desmatamento nas propriedades privadas, aspecto que o JREDD+ não pode impedir. Reconheceu a pertinência da questão trazida por Jorlando e destacou que esse debate poderá ser aprofundado na audiência pública. Enfatizou que a proposta apresentada pelo Estado é transparente e resultado de extensa pesquisa e análise para se chegar à alternativa considerada mais justa.

Patrícia (Barra do Aroeira): comentou sobre o desmatamento nos territórios e mencionou a lei recentemente sancionada pelo presidente da República, que proíbe o corte de pés de pequi quando comprovado que representam fonte de renda para a comunidade.

Cícera (Curralinho do Pontal): afirmou que não tinha conhecimento prévio sobre o JREDD+ e declarou estar gostando da reunião. Relatou que, em sua comunidade, várias pessoas são prejudicadas pela criação de peixes que contaminam a nascente local. Contou que seu tio possuía uma nascente em seu território, destruída por um fazendeiro. Ressaltou a ausência do sentimento de pertencimento nas comunidades, pois ninguém age para impedir esse tipo de situação, e questionou se todos estão dispostos a lutar juntos contra essas ocorrências.

Janilson (moderador) agradeceu a fala de Dona Cícera, destacando sua importância, e mencionou o apoio jurídico que a COEQTO oferece às comunidades.

Roberto (Engenho Açude): questionou, sobre a criação do Fundo Clima, quem será responsável por fiscalizar essa conta e como será feita a utilização desse dinheiro.

Rose (consultora Tocar): iniciou sua resposta tratando da transparência. Explicou que a Lei nº 4.111/2023 prevê a necessidade de uma comissão para controlar o Fundo Clima — a CEVAT — que deve ter, no mínimo, 11 representantes, possuindo atualmente 15 órgãos. Informou que essa comissão tem o papel de analisar e validar as propostas de repartição de benefícios, enviando-as para o Conselho Diretor do Fundo Clima, que será responsável por executar a repartição. Ressaltou que a primeira liberação de recursos terá um plano quadrienal, a ser debatido em audiência pública.

Listou os representantes da CEVAT: COEQTO, FETAET, FAET, ARPIT, SEMARH, SEPOT, SEAGRO, SEFAZ, SEDUC, SEPLAN, Naturatins, UFT, FUNAI, Ministério Público, ONG ambiental (ainda não definida) e EMBRAPA. Explicou que o Conselho Diretor é composto por 13 órgãos, sem a participação da FUNAI e do Ministério Público. Lembrou que a Lei do Fundo Clima é a nº 4.131/2023, de

acesso público.

Esclareceu que as comunidades serão executoras e receberão os recursos coletivamente, por meio de associações. Explicou que o acesso ao recurso dependerá do funcionamento da Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP), responsável por assegurar que COEQTO, ARPIT e FETAET participem das reuniões e do planejamento, com estrutura e orçamento para essas organizações. Destacou que essas entidades terão papel representativo, não intermediador, e que as associações não precisarão de intermediários para acessar o recurso. Também afirmou que não haverá concorrência entre os segmentos de PIQPCTAFs, pois os editais serão específicos para cada grupo.

Roberto (Engenho Açude): perguntou se, quando o recurso for liberado, os executores irão recebê-lo diretamente e quem fiscalizará a implementação.

Rose (consultora Tocar) respondeu que a fiscalização será feita pela mesma comissão. Exemplificou com um caso em que um projeto previa a compra de veículos para transporte da produção, mas, sem consulta à associação, o presidente decidiu utilizar o recurso para promover um festival na comunidade, o que não era permitido. Destacou que, em situações assim, deve-se consultar a associação e solicitar ao Fundo Clima a alteração da linha de ação do recurso. Informou que irregularidades podem ser denunciadas à ouvidoria e reiterou que o JREDD+ não financia atividades poluidoras nem premia quem degrada, mas incentiva quem pretende interromper a degradação.

Janilson (moderador): avisou que o almoço estava pronto e perguntou qual horário os participantes preferiam para o retorno à tarde, sendo escolhido o horário das 14h.

Pausa para o almoço às 12h09.

Salvaguardas de Cancún e Governança

A programação da tarde teve início às 14h.
Isabel (ponto focal do Estado) começou a explicação sobre o tema Salvaguardas de Cancún com a pergunta: “De quem é a responsabilidade de salvar e guardar?” Seguiu explicando que havia encontrado no acervo da biblioteca da associação um livro que fala sobre salvaguardas de patrimônio imaterial, referente a projetos de cultura do Iphan. Observou que na área da cultura, salvaguarda já é algo que se pratica nas políticas públicas, que é o mesmo que ‘como se lida com os riscos dos recursos’. Enfatizou que nas ações de JREDD+ também é assim: administração de riscos e garantia de direitos.

Em seguida, considerou o termo “salvaguardas socioambientais”, destacando que no JREDD+ isso significa cuidar de pessoas e do ambiente de maneira integrada.

Isabel (ponto focal do estado) acrescentou, ainda, que nos programas de JREDD+ existem regras e diretrizes específicas para o público PIQPCTAF. Em seguida, convidou os participantes para acompanhar no folder verde da CLPI do JREDD+, na página “para entender melhor”, os tópicos relacionados às “Salvaguardas

Socioambientais de Cancún".

a) Que todas as ações do JREDD+ devem estar em sintonia com os acordos internacionais e legislação brasileira que já existem.

Isabel citou como exemplo o Código florestal, as leis estaduais do Babaçu Livre e do Capim-dourado e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina que as comunidades originárias e tradicionais sejam consultadas previamente quando os projetos atingem os territórios - como é o caso das oficinas de consulta do JREDD+. Isabel disse: "Podemos incentivar comportamentos mais sustentáveis do que o Código Florestal já define, mas não podemos sobrepor a ele."

b) Estrutura de governança e transparência.

Isabel (ponto focal do estado) explicou que governança é a forma como as decisões serão tomadas e que a comunidade local deve fazer parte do processo. Disse, ainda, que no Brasil, o termo comunidade local foi ajustado para a sigla PIQPCTAF. Falou também que um processo transparente é aquele que dá acesso às informações, como todas as publicações sobre o JREDD+.

c) Respeito ao conhecimento e direitos dos povos originários e tradicionais.

Isabel (ponto focal do Estado) disse: "Os modos de vida das comunidades precisam ser respeitados". Ela citou como exemplos o manejo integrado do fogo, que já era um conhecimento ancestral tradicional; e a roça de mandioca que não pode simplesmente ser trocada por um outro sistema, como o agroflorestal, desconsiderando a prática comum de uma comunidade.

d) Participação plena e efetiva das partes interessadas.

Isabel lembrou que a presença de comunidades tradicionais e povos indígenas em todas as fases do projeto JREDD+ é uma das maneiras de garantir a participação. Outro exemplo citado é o escritório de projeto que será implantado, fornecendo meios para que a participação seja plena.

e) Ações consistentes para proteção e conservação das florestas naturais e serviços ecossistêmicos.

A ponto focal do Estado trouxe um exemplo que não tem amparo no JREDD+ o reflorestamento de áreas desmatadas de Cerrado com eucalipto, que será uma vegetação transitória destinada ao corte, além de ser espécie exótica. Isabel acrescentou que existem outras modalidades de crédito de carbono – como o de solo e o azul (lâmina de água) e que o JREDD+, focado nas florestas naturais, pode preparar a comunidade para explorar outros tipos de créditos de carbono.

f) Evitar a reversão.

Nesse caso, os esforços devem ser constantes para que os bons números alcançados na redução do desmatamento e da degradação das florestas não se percam. Isabel (ponto focal do estado) citou o fortalecimento dos territórios como aliados nesse tópico.

g) Deslocamento de emissões.

Isabel (ponto focal do estado) disse: “Essa atribuição maior é do Estado. O planeta é um só! Não adianta cuidar de uma área e deixar que as pessoas vão desmatar em outro lugar”. Apresentou como iniciativas do Estado para evitar o deslocamento programas como o Tocantins Competitivo e Sustentável, que promove a economia de baixo carbono e o ABC+.

Para arrematar, Isabel indagou: “De quem é a responsabilidade de cumprir as salvaguardas? Do Estado, pois ele é o proponente do JREDD+ e isso ocorre dentro da estrutura de governança.”

Abrindo espaço para manifestações da plenária, Isabel (ponto focal do estado) perguntou se havia dúvidas.

José (Malhadinha) apresentou a contribuição com a analogia da retaguarda de um time para proteger o gol do ataque adversário para se referir à salvaguarda.

O moderador Janilson lembrou que é regra preservar árvores como o Pequi nos territórios quilombolas, quer seja em roça de toco ou mecanizada. Elas são deixadas no meio dos campos de cultivo.

Patrícia (Barra da Aroeira) disse que havia conseguido esclarecer a dúvida inicial sobre de quem é a responsabilidade/contrapartida.

Isabel (ponto focal do estado) retomou as perguntas do primeiro dia, solicitando ajuda das pessoas presentes para verificar se já haviam sido respondidas.

Jorlando (COEQTO) questionou sobre a representatividade das entidades civis na Governança do JREDD+, demonstrando que as cadeiras do Estado estavam em maior número. Ele foi enfático: “Essa governança precisa ser repensada, com mais entidades da sociedade civil”.

Isabel (ponto focal do Estado) disse que esta observação está sendo acolhida dentro do processo de consulta e que já havia aparecido outras vezes e vai ser tratada para encontrar uma maneira eficiente desta representatividade ser mais igualitária.
José Pereira (Curralinho) apresentou um exemplo real para o termo “salvaguarda”. Ele contou que desde seus antepassados, quando um olho d'água era encontrado no meio da derrubada para fazer a área da plantação da roça, eles paravam de desmatar quando chegava perto, preservando a vegetação no entorno daquela nascente.

Isabel (ponto focal do estado) agradeceu a contribuição, ressaltando que o exemplo mostra como o conhecimento tradicional respeita a natureza.

José (Malhadinha) pediu a palavra para comunicar que sua comunidade estava preparando um momento cultural para todos os participantes da oficina de consulta.

Domingos (Barra da Aroeira) compartilhou que na região havia um curso de água que nem sempre os animais conseguiam passar, mas depois que “devoraram a

serra", o rio secou. Destacou que esse tipo de conhecimento os quilombolas possuem há bastante tempo.

Isabel (ponto focal do estado) complementou: "As consequências podem demorar anos para serem sentidas, mas o planeta é um só! Ele está com febre e esse desequilíbrio exige mudança de hábito". Isabel destacou que os territórios são conhecidos como barreiras do desmatamento, por isso, devem ser fortalecidos. Também falou sobre a necessidade de manejo, que é a utilização dos recursos com respeito, quando há consciência de até onde as pessoas podem ir para tirar o sustento.

Repartição de benefícios

Elisabete (Curralinho) questionou se haveria dinheiro do JREDD+ para projetos, como viveiros de mudas.

Isabel (ponto focal do estado) aproveitou a pergunta para explicar sobre a repartição de benefícios do JREDD+. Ela disse:

- 50% será usado para execução direta pelo Estado, promovendo a reestruturação trazendo benefício para todo mundo;
- os outros 50% serão de execução indireta, por meio das suas associações, a partir dos seus projetos, com suporte do Estado.

Isabel (ponto focal do estado) seguiu dizendo que no próximo momento, eles poderiam pensar sobre o que fariam com os recursos, passando para a construção do plano de investimento, que será coletivo e por meio de associações.

Elisabete (Curralinho) perguntou se o JREDD+ poderia apoiar projetos de energia limpa, como a solar.

Jorlando (COEQTO) questionou se havia um planejamento para a contratação dos povos quilombolas e indígenas nos espaços que darão assistência à execução do JREDD+.
José (Malhadinha) falou sobre a importância das árvores frutíferas, que trazem o verde permanente, e que podem ser a base para captação de recursos, como uma fábrica de polpas.

Isabel (ponto focal do Estado), respondendo ao Jorlando (COEQTO), destacou que a vivência dentro dos territórios é um diferencial para a execução dos projetos do jREDD+. Disse, ainda: "a intenção é conseguir envolver quem conhece os territórios – as pessoas que têm vivência - para ajudar no desenvolvimento do programa".

Cícera (Curralinho) compartilhou a própria experiência com o plantio de coco verde: "Ficou lindo, os pés estão altos, mas não deu fruto porque no meio do Cerrado não tem água". Trouxe, ainda, o exemplo da manga, fruto originário da Índia, que não possibilita o desenvolvimento de outras espécies no sistema consorciado.

Domingos (Barra da Aroeira) acrescentou: "A ideia pode ser boa, mas se não conhecer a realidade da comunidade, não vai prosperar!". Disse também que não

aceita projetos que chegam prontos, pois é fundamental descobrir o que a comunidade precisa.

Roberto (Engenho Açude) trouxe uma preocupação relacionada à energia solar referente ao descarte das placas quando acaba a vida útil.

Rose (consultora Tocar) fez um alerta sobre experiências com projetos que contratam consultoria externa e consomem a maior parte do valor previsto na execução. Ela enfatizou: “O conhecimento e o aprendizado precisam ficar no território, por isso é importante absorver as pessoas do território para que possam executar o projeto e deixar o resultado do impacto, da transformação e também do conhecimento”.

Respondendo ao Roberto, Rose explicou que boa parte dos componentes das placas de energia solar são de areia e já existem *startups* para a reciclagem desse material, que é reaproveitado para outras finalidades. Rose observou: “O prejuízo vai ficar para muita gente no futuro, portanto, a aplicação da energia solar, que é viável, precisa ter esse cuidado. Exemplificou com o exemplo do REDD+ do Acre, que tem projetos com o uso de energia solar para unidades de ordenha mecanizada das vacas.

José (Malhadinha) pediu licença para compartilhar um exemplo de boas práticas da sua comunidade. Explicou que um jovem fez um curso e desenvolveu um projeto para a iluminação do campo de futebol e que poderia ter tirado a parte da consultoria, mas decidiu aplicar 100% do valor no projeto, beneficiando a comunidade toda com seu trabalho.

Fechando o ciclo de contribuições, o moderador Janilson informou que o lanche estava pronto e que a próxima etapa da oficina de consulta seria dedicada ao levantamento das ações importantes das comunidades presentes para o subprograma voltado aos PIQPCTAF.

Janilson (moderador) informou que seriam criados dois grupos de trabalho para levantar as ações prioritárias para suas comunidades e que, em seguida, iriam socializar o resultado com os demais presentes.

Identificação de ações importantes

Após o retorno do lanche, o moderador Janilson realizou a divisão dos presentes em dois grupos de trabalho: Murici e Caju.

Cada grupo teve o tempo necessário para discutir e apresentar as ações importantes para suas comunidades. Durante a execução da tarefa, puderam contar com o suporte da equipe de especialistas em REDD+ e consultores.

Assim que concluíram o levantamento, os grupos socializaram com os demais as suas contribuições.

O retorno das atividades em grupo foi às 17h20.

O primeiro grupo a se apresentar foi o Grupo Caju, representado por Patrícia e Domingos. Relataram que os principais eixos debatidos foram a geração de renda,

com propostas como ecoturismo, apicultura, aquisição de maquinário e incentivo à pecuária verde; o fortalecimento territorial, com ações voltadas à contratação de consultorias, capacitação dos membros da comunidade para elaboração de projetos, além da implantação de energia solar e internet; a conservação ambiental, por meio da criação de viveiros, horta comunitária, recuperação de nascentes e plantio de árvores frutíferas; e o fortalecimento cultural, com apoio a oficinas de práticas culturais e investimentos nas festas tradicionais. No que se refere às responsabilidades do Estado, o grupo destacou a necessidade de regularização fundiária dos territórios, recuperação de estradas, perfuração de poços artesianos, melhorias no saneamento básico e a criação de brigadas equipadas e remuneradas para prevenção e combate a incêndios.

O segundo a se apresentar foi o Grupo Murici, representado por Roberto, Elisabete e Wanderson. Informaram que, entre os eixos discutidos, a preservação ambiental ocupou posição de destaque, com propostas de criação de viveiros, reflorestamento com árvores frutíferas, recuperação de nascentes, melhorias no saneamento básico, capacitação ambiental e implantação de biodigestores. No eixo de geração de renda, apontaram a necessidade de desenvolver cadeias produtivas para a comercialização de frutas, piscicultura, hortas comunitárias, capacitação para uso de equipamentos, produção de vinhos e alimentos processados, incentivo à fitoterapia e aquisição de câmara fria para armazenamento de frutas e polpas. No eixo de fortalecimento cultural, sugeriram a valorização do centro cultural quilombola, a criação de um museu quilombola, apoio a atividades esportivas e incentivo às festas culturais. No eixo de saúde e bem-estar, propuseram a criação de grupos de homens e mulheres para promoção da saúde, sobretudo para atender comunidades localizadas longe de postos de saúde. Em relação às responsabilidades do Estado, solicitaram o fortalecimento do Ruraltins e do Naturatins, bem como a ampliação do trabalho de agentes de saúde. No eixo de infraestrutura, apresentaram propostas para construção de um centro poliesportivo, reativação de escolas, aquisição de maquinário e de um veículo para a associação.

Isabel (ponto focal do Estado) agradeceu as apresentações e informou que foi solicitado incluir o tema “moradia” no eixo de infraestrutura, o que foi aprovado por todos. Destacou que o dia de atividades estava chegando ao fim e apresentou a programação para o dia seguinte. Explicou o conceito de ajuda-memória, documento modelo, no qual serão consolidadas as ações debatidas pelos dois grupos. Propôs que a equipe do Estado unifique essas ações para leitura coletiva no dia seguinte.

Informou ainda que, na programação de amanhã, será abordado o funcionamento da ouvidoria e feita a escolha dos representantes que participarão da audiência pública em Palmas. Todos concordaram com a proposta. Isabel comunicou que entregará os panfletos solicitados pelos presidentes das associações.

As atividades foram encerradas às 18h25.

O grupo seguiu para o jantar e, na sequência, foram contemplados com uma apresentação cultural diversificada e muito animada feita pelos moradores da

Comunidade Quilombola Malhadinha.

DIA 3: DOMINGO, 10 DE AGOSTO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Roberto G. dos Santos
2. Aldesil Antonio Gonçalves
3. Domingos Rodrigues da Silva
4. José Pereira da Silva
5. Elisabete
6. Douralice Lopes da Silva
7. Antonio Domingos Rodrigues
8. Marlene da Silva Gonçalves
9. Bruno Manoel Neves
10. Antonio V. dos Santos
11. Weudilany Carvalho dos Santos
12. Natanael Barbosa P. Carvalho
13. Antonio Gilvan Soares
14. Marlene Araújo Dias
15. Cícera Moreira Neves
16. Jorgeval Correia de Aguiar
17. Jacinto Lopes Furtado
18. José Ribeiro de Souza Neto
19. Joelma Rodrigues dos Santos
20. Joislana Kisley R. de Oliveira
21. Maria Rita Araújo Dias
22. Joyce Moreira Araújo
23. Marina Antonio Gonçalves
24. Wanderson Ribeiro

Abertura

As atividades do último dia de CLPI com as comunidades quilombolas da região central do Estado tiveram início às 8h.
O moderador Janilson abriu a programação felicitando os pais pelo Dia dos Pais, reconhecendo a importância da missão a eles confiada por meio dos filhos. Em seguida, disse que, assim como a Dona Cícera relatou no dia anterior, ele também havia sofrido bullying na escola por ser da zona rural e oriundo de uma comunidade quilombola. Compartilhou que depois do ocorrido, por muitos anos, não teve coragem de se posicionar publicamente, mesmo estando na UFT (Universidade Federal do Tocantins). E que foi justamente na faculdade de Pedagogia que veio a virada de chave. Janilson relatou: “O meu modo de falar é do meu povo e eu posso me expressar do jeito que quiser. Precisamos acreditar no nosso potencial”.

Ouvidoria

Em seguida, o consultor Pedro (Tocar) apresentou o canal da Ouvidoria. Perguntou se alguém já tinha ouvido falar sobre Ouvidoria e José (Malhadinha) explicou prontamente, enfatizando tratar-se de um centro de denúncias. Pedro

complementou as informações, destacando que o serviço de ouvidoria é uma ferramenta da transparência do Projeto Jurisdicional, sendo um espaço aberto para as mais diferentes manifestações: dúvidas, críticas, elogios e solicitação de informações. Apresentando um cartaz com números de telefone, e-mail e outras formas de contato, também falou sobre o site onde todas as informações sobre o JREDD+ estão disponíveis.

Janilson (moderador) reforçou a fala de Pedro, dizendo que inclusive no Instagram do programa muitas "fake News" podem ser esclarecidas.

Dando continuidade, Celenita (facilitadora gráfica) apresentou os painéis produzidos no decorrer da oficina. Disse: "esse trabalho é outra forma de compreender o JREDD+" e convidou os presentes para, através das imagens, explicarem o que haviam aprendido. Além das imagens, frases ditas durante a consulta completavam o painel visual. Seguiu-se uma troca muito rica, entre facilitadora gráfica e público, mediada pela identificação de todo o processo da consulta nas imagens produzidas. Por fim, a composição de um barco arrematou o tema divisão de benefícios.

Isabel (ponto focal do estado) disse que ficou encantada com o trabalho apresentado por Celenita, que sintetizou com muita expressividade os assuntos da oficina. Isabel pontuou: "Podemos ver a ação que o Estado está tomando para que a gente possa pensar em uma política ambiental que seja tão forte, estruturada e participativa quanto às políticas de saúde e educação". Ressaltou, ainda, a relevância desse processo de construção coletiva que se propõe a "olhar as questões ambientais com as especificidades dos territórios".

Escolha de representantes

Na sequência, Isabel (ponto focal do estado) solicitou ajuda da plenária para identificar características essenciais para um representante da comunidade.

Dentre as respostas, relato: conhecimento; pensar na coletividade; estar atento às necessidades; compartilhar o que acontece nas reuniões onde é representante; trabalhar em equipe; ter disponibilidade.

O moderador Janilson destacou o acolhimento da comunidade Malhadinha e ressaltou a importância do intercâmbio e troca de experiências na vida dos quilombolas, dizendo que estava partindo com vontade de voltar.

Isabel (ponto focal do Estado) agradeceu nominalmente ao empenho do seu José, Marlene e Ariadne, que não mediram esforços para receber a equipe e comunidade da região durante os três dias de trabalho.

Rose (consultora Tocar) disse que estar no território teve o poder de conectá-la com as suas raízes, por isso estava emotiva. Contou que era neta dos "soldados da borracha do Acre", que atuaram na época da segunda guerra. Rose disse: "Agradecemos pela oportunidade de fazer o JREDD+ com vocês. O que podemos trazer aqui foi muito respeito".

A programação foi encerrada às 10h30, com a foto oficial.

Um grupo aproveitou a oportunidade para conhecer a fábrica de polpas de frutos tropicais e do Cerrado, instalada na comunidade, antes de voltar para suas casas.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

1. Geração de Renda

- Avicultura, piscicultura e suinocultura;
- Pecuária sustentável;
- Aquisição de maquinário (trator, implementos agrícolas, veículos, roçadeira de arrasto, calcalhadeira, plantadeira);
- Aquisição de câmera fria para armazenamento de frutos;
- Fortalecimento da cadeia produtiva;
- Estruturação da agroindústria;
- Estruturação da produção com acompanhamento de inspeção;
- Selo para produtos;
- Incentivo para venda e transporte de produtos locais;
- Apicultura;
- Criação de pequenos animais para venda e produção de derivados; ampliação da capacidade de produção de derivados,
- Viveiros; horta comunitária;
- Casa de farinha;
- Produção de húmus;
- Produção de vinhos e alimentos tradicionais;
- Fitoterapia (produção e capacitação);
- Ecoturismo de base comunitária;
- Incentivo ao uso de novas tecnologias para o aumento da produtividade;
-

2. Preservação e conservação ambiental

- Viveiro para reflorestamento de nascentes e de árvores frutíferas;
- Capacitação ambiental;
- Biodigestor;

3. Fortalecimento Cultural

- Oficinas para práticas culturais (dança, instrumentos musicais, culinária);
- Festas culturais e religiosas;
- Quiolimpíadas; construção do centro quiolimpíco;
- Museu/acervo da história das comunidades;
- Intercâmbio de saberes entre os quilombos;
- Construção de centro de convivência quilombola para fortalecer os saberes, histórias e cultura;
- Incentivo ao esporte;

4. Fortalecimento territorial e capacitação

- Consultoria para documentação dos territórios;
- Capacitação para projetos, documentação das associações;
- Curso de formação digital; capacitação para venda online de produtos;
- Energia solar e internet;

5. Saúde e Bem-estar
- Grupo de homens e mulheres pela saúde;

6. Responsabilidade do Estado
- Regularização fundiária;
- Manutenção das estradas vicinais;
- Poço artesiano e saneamento completos;
- Brigadas (equipamentos, remuneração, contratações, sede completa)
- Ampliação de postos de saúde; agentes de saúde;
- Apoio do Ruraltins;
- Reativação da escola e transporte escolar.

REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS

A escolha se deu por meio de candidaturas espontâneas. Como o número de inscritos superou o número de vagas, houve desistência voluntária. Por sugestão da plenária, os candidatos excedentes tiveram seus nomes registrados como suplentes. Segue a relação validada:

TITULARES

- Roberto Gonçalves dos Santos (Comunidade Quilombola Engenho Açude)
- Natanael Barbosa P. Carvalho (Comunidade Quilombola Mata Grande)
- Patricia Maria Rodrigues (Comunidade Quilombola Barra da Aroeira)
- Cícera Moreira Neves (Comunidade Quilombola Curralinho do Pontal)

SUPLENTES

- José Ribeiro da Rocha Neto (Comunidade Quilombola Malhadinha)
- Domingos Rodrigues da Silva (Comunidade Quilombola Barra da Aroeira)
- Elisabete Aguiar (Comunidade Quilombola Curralinho do Pontal)
- Douralice Lopes da Silva (Comunidade Quilombola Rio Preto)

Avaliações e resultados da oficina

A oficina realizada nos dias 08 a 10 de agosto de 2025 na Comunidade Quilombola Malhadinha, teve como foco apresentar e discutir o Programa Jurisdicional do Estado do Tocantins de REDD+ (JREDD+) com as Comunidades Quilombolas da Região Central do Estado do Tocantins, promovendo diálogo intercultural. As discussões abordaram objetivos do programa, suas salvaguardas, governança e repartição de benefícios. Houve consenso sobre a importância da organização comunitária, fortalecimento das associações e valorização dos saberes tradicionais das comunidades quilombolas do Estado. Também foi consenso a escolha da COEQTO como entidade representativa. Encaminhou-se a consolidação das propostas apresentadas pelas comunidades presentes através da ajuda-memória e a escolha dos 4 representantes para audiência pública a ser realizada em Palmas.

Importantes ressaltar que apesar dos esforços empregados para participação de todas as comunidades da regional centro, as comunidades Morro de São João e Santa Maria das Mangabeiras não conseguiram estar presentes na oficina

participativa.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO COMPLEMENTAR

DIA 01: SEXTA-FEIRA, 08 DE AGOSTO DE 2025

Credenciamento	Introdução ao JREDD+

DIA 02: SÁBADO, 09 DE AGOSTO DE 2025

Repartição de benefícios	

Salvaguardas	Governança

DIA 03: DOMINGO, 10 DE AGOSTO DE 2025

Ouvidoria	Representantes escolhidos

Leitura ajuda memória	Assinatura ajuda memória